José Portela* ■ Vasco Rebelo**

O PDRITM na RDD: contribuição para a avaliação da sua execução e dos seus efeitos imediatos

1. INTRODUÇÃO

A região vitícola do Douro, na sua já longa vida de muitos séculos, tem passado por ciclos de estagnação e mudança socio-económica e institucional, de crescimento e recessão da produção e comércio de vinhos. Alguns períodos dessa história são verdadeiros marcos de referência e constituíram como que momentos-charneira na evolução da vitivinicultura duriense.

Os anos da instituição da «Companhia» e da demarcação pombalina, em 1756-58, ou o período que decorreu de meados do século XIX até ao início do século XX, em que ocorreu uma sucessão de pragas e doenças por toda a região, com particular relevância para a crise filoxérica, foram alguns dos mais importantes períodos de viragem histórica. Mais recentemente, a partir de meados da década de 80, inicia-se uma nova fase de profundas mudanças na RDD. Estas, ocorridas a níveis tão diversos como, por exemplo, o legislativo, institucional, fundiário, comercial, ambiental, decorreram, em larga medida, do Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM)¹ e da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

As ideias de se promoverem intervenções na viticultura duriense através daquele Projecto têm, porém, os seus antecedentes nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, que definiam, e programavam já, acções de «reconversão» da vinha na RDD, que não chegaram a efectivar-se devido às mudanças políticas ocorridas em 1974. Em 1977 estabeleceram-se os primeiros contactos entre o Governo Português e o Banco Mundial tendo em vista a obtenção de financia-

* Professor da UTAD.

** Investigador da UTAD.

¹ Utilizaremos o termo Projecto como sinónimo de PDRITM.

mento para um «Projecto de Produção Agrícola» em Trás-os-Montes e Alto Douro. Na sequência de estudos efectuados por várias instituições (FAO/BM, DRATM, CCRN) ficou decidido que a intervenção a fazer deveria englobar também a realização de investimentos em infraestruturas de carácter social. Aquele conjunto de estudos viria a culminar no Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Este possuiria, assim, duas componentes: a não-agrícola, para investimentos em centros de saúde, escolas de ensino básico, obras de abastecimento de água e saneamento, construção de estradas e pavimentação de ruas em aldeias; e a componente agrícola, para investimentos públicos na melhoria de regadios tradicionais, construção de novos regadios colectivos, construção de salas colectivas de ordenha mecânica e investimentos particulares na modernização de explorações agrícolas com recurso a crédito bonificado, que incluía também o financiamento de investimentos a concretizar em explorações vitícolas da RDD.

Assim, após várias décadas de relativa estagnação da viticultura duriense, em meados da década de oitenta inicia-se a execução do PDRITM no Douro, com a plantação de 2500 ha de vinhas novas e a reestruturação² de outros 300 ha de vinhas já existentes. Para além da expansão da área de vinha, mudança até então impossível segundo a legislação vigente, as intervenções tiveram uma vertente qualitativa, de cariz pedagógico-demonstrativo, muito importante. Em primeiro lugar, porque foram adoptados sistemas de plantação inovadores e cuja expressão era até essa altura bastante diminuta. Estes novos sistemas, com menores densidades de plantação, permitem a motorização da cultura, reduzindo por essas duas vias as necessidades de trabalho e os custos de produção a ele associados. Depois, porque se passou a exigir a utilização exclusiva de castas de grande qualidade, que contribuem, por certo, para um aumento da qualidade geral dos mostos produzidos.

O período de maior intensidade de execução do PDRITM coincidiu com a adesão de Portugal à CEE e o acesso aos fundos comunitários. Estes, muito favoráveis ao investimento, dado o financiamento ser feito sob a forma de subsídios a fundo perdido e em percentagens bastante elevadas do investimento total, puseram à disposição dos viticultores e dos que se instalaram no sector avultados montantes financeiros. Com o exemplo e a experiência adquirida a partir das intervenções realizadas no âmbito do PDRITM, mais os financiamentos do Estado e da CEE, os viticultores durienses apostaram fortemente na reestruturação das suas vinhas mais antigas. As vinhas novas e as reestruturações dos vinhedos em declínio transformaram a RDD num enorme «estaleiro» e, em certas zonas, alteraram por com-

² Utilizamos os termos reestruturação e reconversão como sinónimos, significando em qualquer dos casos quer a transferência de vinhas duma parcela para outra quer a reconstituição, ou seja, a replantação na mesma parcela de vinhas já existentes.

pleto a paisagem. Onde existiam terrenos incultos cobertos de matos há agora vinhas e às vinhas tradicionais, com os seus muros e terraços inclinados, juntam-se agora os patamares com taludes em terra, ou as vinhas «ao alto».

Com a reestruturação das vinhas mais antigas, em claro declínio produtivo, muitos viticultores também avivaram a consciência para a necessidade de reduzir os elevados custos de produção associados ao factor trabalho, de acrescentar valor à sua produção, principalmente de mosto não beneficiado, e de transformar os valores paisagísticos da região e o património edificado das suas explorações em novas fontes de rendimento. A motorização da cultura, a vinificação e engarrafamento com marca própria, bem como o desenvolvimento de actividades turísticas foram vias seguidas por alguns viticultores durienses para atingir aqueles objectivos. Por seu lado, as empresas de comercialização de vinho do Porto apostaram novamente no reforço da suas posições no sector da produção e alargaram a sua oferta também para os vinhos de denominação «Douro». As adegas cooperativas não ficaram propriamente alheias às correntes de mudança e algumas delas renovaram os seus equipamentos, melhoraram as suas técnicas de vinificação e de comercialização e passaram também a oferecer vinhos de denominação «Douro» de reconhecida qualidade.

As novas paisagens de encosta, sobretudo no Cima-Corgo, uma certa dinamização do turismo e a reanimação da vida fluvial, ou o extraordinário aumento da oferta de vinhos de denominação «Douro» são alguns dos aspectos mais visíveis das mudanças recentemente ocorridas. Note-se, porém, que nem todos os viticultores ou sub-regiões participaram de igual modo nessas dinâmicas, subsistindo ainda muitos e graves problemas. Refira-se, a título ilustrativo, tão só a questão dos acessos a muitas explorações vitícolas e a duma motorização mínima em grandes áreas da RDD. Para além dos «actores» relativamente intocados, tenha-se ainda presente que os processos de mudança, planeada ou não, geram efeitos, positivos e negativos, e que entre os mais directamente afectados contam-se não só beneficiários, mas também prejudicados.

Esta comunicação visa contribuir para o relato duma pequena parte da história da RDD, centrando-se somente no PDRITM, que, por sua vez, é apenas uma das forças de mudança recentes ali presente. Baseamo-nos na informação contida em diversos relatórios da Unidade de Avaliação (UA) do PDRITM, que foram produzidos ao longo de vários anos e que tinham em vista a concretização de uma *avaliação de execução* e de uma *avaliação de efeitos* imediatos. Depois de uma apresentação breve do Projecto, prestamos sucessivamente atenção a duas fases: a de preparação e entrega de candidaturas, e a execução dos projectos vitícolas. Passamos, então, à análise dos resultados globais alcançados e à tipificação dos actores mais directos, os aderentes ao PDRITM e as suas explorações agrícolas. Segue-se uma enunciação de efeitos imediatos, gerados directa e indirectamente

pelo Projecto, quer ao nível imediato das explorações vitícolas aderentes, quer ao nível mais amplo da RDD. Fechamos o texto assinalando questões em aberto, aqui não tratadas, mas que cremos serem merecedoras de atenção, e sublinhando as ideias-síntese acerca dos efeitos imediatos do PDRITM.

2. O PDRITM/DOURO: SUA JUSTIFICAÇÃO, ACÇÕES PREVISTAS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Conforme expresso em documentos relativos ao PDRITM, as acções propostas para a RDD teriam a sua justificação na necessidade urgente de aumentar a qualidade dos mostos destinados à produção de Vinho do Porto. Esta necessidade resultaria: i) do aumento significativo da exportação de Vinho do Porto; ii) do envelhecimento e da redução da produção de vinhas situadas nas áreas de melhor aptidão, em termos de qualidade, devido à progressiva redução de mão-de-obra disponível e à impossibilidade de mecanização desses vinhedos; iii) da necessidade, face ao aumento da procura, de produzir Vinho do Porto recorrendo a percentagens sucessivamente superiores das letras de menor qualidade. Os planeadores debruçaram-se sobre um problema real, ligado à produção de vinho do Porto, e evidenciado pelo facto de na década de setenta o volume médio anual de mosto beneficiado ter crescido 63% relativamente à média anual da década anterior, enquanto a média anual de «benefício» atribuído às vinhas de letra A, as de melhor qualidade, diminuía 6 % na década de setenta face à média da década anterior. No mesmo período, para as vinhas de letra D e E, de qualidade inferior, aquela média aumentava 75% e 257%, respectivamente. Consideravam os planeadores do PDRITM que tal situação punha em perigo o equilíbrio produção/qualidade e produção/exportação, tornando-se por isso indispensável actuar ao nível da produção (DRATM, 83: 1-3).

As acções propostas eram essencialmente de dois tipos. Por um lado, a reconversão de vinhedos já existentes (transferências e reconstituições) e, por outro lado, a plantação de vinhas novas. Ambas as acções deveriam ser executadas em áreas de grande potencial qualitativo. Dos investimentos realizados deveriam resultar explorações «economicamente viáveis», mecanizadas, e com uma boa relação produção/qualidade.

Dado que aquelas acções se encontravam condicionadas pelo Decreto-Lei nº 513-D/79, para que fossem levadas a efeito houve a necessidade de actuar também ao nível legislativo, tendo sido publicada em *Diário da República* de 9/7/82 a Portaria nº 685/82, que se baseava nos nºs 2 e 4 do artigo 6º do referido Decreto-Lei. Aquela Portaria, após justificar a sua necessidade, indicava as acções

a levar a efeito, as condições em que deveriam ser executadas e a área total a intervencionar, que seria de 2500 ha. Posteriormente, foi publicada a Portaria nº 863/85, de 14 de Novembro, a qual destinava uma área de mais 1000 ha exclusivamente à transferência e reconstituição de vinhas.

Do ponto de vista técnico as plantações deveriam obedecer a determinados requisitos, de modo a assegurarem a produção de mostos de alta qualidade e a permitirem a mecanização. Assim, condicionavam-se os investimentos a locais susceptíveis de permitirem a classificação das vinhas nas letras A e B, ao tipo de solo, à altitude, aos porta-enxertos e castas utilizadas, ao tipo de sistematização do terreno, aos compassos de plantação e aos sistemas de poda. Na verdade, era um processo altamente intervencionista, pouca ou nenhuma liberdade sendo dada ao investidor. Condicionada era ainda a área mínima de cada plantação, 3 ha contínuos, quer por produtor individual, quer por associação de produtores com parcelas adjacentes, assim como a área máxima a conceder a cada proponente, que não poderia ultrapassar os 10 ha.

Foram também definidas prioridades para a atribuição de licenças de plantio no âmbito do PDRITM na RDD. Para as zonas de «mortórios» teriam primazia os pedidos de transferência de vinhas que se localizassem anteriormente em zonas de solos menos aptos para uma produção de qualidade. Também os pedidos de transferência ou reconstituição que tivessem sido já apresentados e que aguardassem resposta deveriam ser atendidos em primeiro lugar. Finalmente seria dada prioridade aos pequenos agricultores que se quizessem associar para a exploração em comum das vinhas intervencionadas.

O financiamento das acções para o PDRITM/Douro foi regulamentado pelo Despacho MFP nº 55/83-IX de 21/12/83. Neste diploma eram previstas condições de crédito distintas para a instalação de vinhas novas e para a reconversão de vinhas no que se refere aos prazos de carência de juros e de reembolso da dívida, sendo mais favoráveis para a plantação de vinhas novas. A taxa de juro anual líquida a cobrar aos beneficiários seria de metade da praticada no mercado para operações activas de longo prazo.

A candidatura às acções do PDRITM e o respectivo financiamento, através das linhas de crédito instituídas no seu âmbito, deveriam ser formalizados segundo princípios previamente estabelecidos e envolvendo diversas instituições. A proposta de candidatura seria apresentada ao CEVD (Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro) tutelado pelo MAFA (Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação). Aquele, após vistoria ao terreno proposto, emitiria o respectivo parecer técnico em função das condições constantes da Portaria 685/82, o qual, sendo favorável, seria encaminhado para o IGEF (Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária) para emissão da respectiva licença de plantio. Após a recepção desta, o CEVD elaboraria, em consonância com o proponente, o respectivo projecto de investi-

mento autenticando-o com os pareceres do NSP (Núcleo de Supervisão de Projectos) do MAFA. O projecto seria, então, entregue ao proponente.

Na posse do projecto, o proponente, caso desejasse recorrer ao financiamento através das linhas de crédito instituídas no âmbito do PDRITM, deveria apresentar à ICP (Instituição de Crédito Participante) da sua escolha a correspondente «Proposta para Crédito de Investimento». Nas ICP incluíam-se a Banca de Investimento (à data, a CGD, o CPP e o BFN) e as CCAM (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo). A ICP apreciaria e decidiria sobre a proposta enviando-a, então, ao IFADAP, para análise prévia para refinanciamento e/ou bonificação, após a qual comunicaria a decisão à ICP. Após a recepção da comunicação do IFADAP, a ICP procederia de acordo com as regras estabelecidas.

Competiria ao MAFA, através do CEVD, o acompanhamento e assistência técnica à execução dos projectos e ao IFADAP e às ICP o controlo e supervisão do crédito concedido. Como já foi referido, os investidores não eram obrigados a recorrer ao crédito PDRITM, tendo alguns deles procedido ao autofinanciamento da totalidade do investimento. Outros apresentaram os seus projectos para financiamento a fundo perdido através do Reg. CEE nº 797/85, a partir de Julho de 1986, quando aquele regulamento entrou em vigor em Portugal na sequência da adesão à CEE.

3. A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS: A CORRIDA AOS TERRENOS E ÀS LICENÇAS DE PLANTIO

Nem planeadores, nem gestores e/ou executores do PDRITM estabeleceram um programa de acções estruturadas e contínuas de forma a dar a conhecer a existência do Projecto e as suas condições de elegibilidade. Assim, a difusão e circulação da informação sobre o PDRITM/Douro acabou por se fazer, sobretudo, por via de contacto individual e de modo informal. Entre 32 aderentes entrevistados, 17 referiram ter tido conhecimento do Projecto através de amigos e vizinhos e apenas 5 haviam sido informados por técnicos do CEVD (Rebelo e Portela, 1990: 16). Dadas as fortes ligações do viticultor da RDD ao mercado e aos organismos que enquadram a sua actividade, como a Casa do Douro, Adegas Cooperativas ou as CCAM, qualquer informação sobre o sector circula rapidamente. Assim aconteceu também com a informação de cariz genérico sobre o Projecto. Note-se a este propósito que 13 dos aderentes referidos declararam que logo em 1982, ou seja, o ano de publicação da Portaria 685/82, haviam tomado conhecimento da mesma. No entanto, relativamente à informação mais específica e detalhada sobre as condições de elegibilidade e as normas técnicas das plantações, houve grandes insuficiências. Por exemplo, a falta de informação sobre as possibilidades,

âmbito e finalidades do associativismo foi apontada por 26 outros entrevistados (num total de 33) como alguns dos principais factores de obstrução à adesão a propostas de associação para candidatura ao PDRITM (Ribeiro, 1988: 38).

A posse de um terreno com um mínimo de 3 ha contínuos era, como já vimos, um requisito básico para viabilizar a candidatura. Por essa razão, o PDRITM/Douro gerou uma grande movimentação no mercado fundiário da RDD. A informação sobre a oferta e a procura de terrenos foi veiculada por meio da imprensa do Porto e jornais regionais, e informalmente nos cafés locais, onde foram acertados muitos dos negócios relativos à transacção de terrenos. Assim, em cerca de 100 projectos, equivalentes a 1/4 da área intervencionada, foi adquirida terra para garantir a adesão. As transacções ocorreram aqui e ali nas três sub-regiões, mas à cabeça figura Cima-Corgo, e nesta o concelho de S. João da Pesqueira. As transacções foram ainda importantes em Alijó, Vila Nova de Foz Côa e Armamar. A procura de terra para o plantio de vinhas novas ter-se-á iniciado cedo (1982), mas após a saída da Portaria a procura de terrenos intensificou-se, crescendo em 1984 e 1985, ano em que terá atingido o valor máximo. A maioria dos terrenos transaccionados dizia respeito a terrenos incultos cobertos de matos. O preço, dependente de variados factores, foi aumentando à medida que crescia a procura e o conhecimento dos vendedores em relação à finalidade da compra. Em 1982 venderam-se terrenos a 3\$50 e 4\$00/m², mas em 1985 atingiram-se «preços loucos», da ordem de 80\$00 a 100\$00/m², ou seja, cerca de um milhar de contos por ha de «monte» (Rebelo e Portela, 1989: 25).

O PDRITM/Douro/plantação de vinhas novas suscitou grande interesse entre muitos agentes, viticultores e não-viticultores. Na verdade, com o Projecto desbloqueou-se uma situação em que a plantação de vinhas novas se encontrava na prática proibida desde há muito. Este facto, a que se deve juntar a grande motivação económica de agentes de dentro e de fora da RDD em se envolverem na produção de vinho do Porto, bem como os fortes atractivos veiculados pelo PDRITM (taxas de juro de metade das praticadas no mercado e um quantitativo anual de benefício a atribuir às vinhas novas de 8 pipas/ha, valor este muito superior ao benefício médio anual atribuído às vinhas já existentes de letra A e B) levou a que muitos (viticultores e não-viticultores que entretanto adquiriram terra) admitissem satisfazer as condições de elegibilidade. O interesse suscitado pode ser atestado pelo facto de até Novembro de 1986 terem sido apresentados no CEVD cerca de 1150 pedidos de licença de plantio, estimando-se que corresponderiam a cerca de 9000 ha, isto é, uma área mais do que 3,5 vezes superior à prevista para todas as acções na RDD (Portela e Rebelo, 1991: 13).

Do total de pedidos de licença de plantio quase 2/3 foram indeferidos. Os indeferimentos ficaram a dever-se sobretudo à insuficiência de área das parcelas a licenciar, as quais não atingiam o limite mínimo (3 ha), ao excesso de altitude das

parcelas, bem como a razões burocráticas, principalmente relacionadas com a falta do título de propriedade e com a legislação vigente relativa às associações, ou devido ainda à duplicação do pedido de licença para a mesma propriedade (Rebelo e Portela, 1989: 26-27).

A selecção das candidaturas ao PDRITM/Douro/plantação de vinhas novas constituiu um processo relativamente complexo e demorado. O escasso número de técnicos no terreno, o volume de vistorias a efectuar e a dispersão geográfica das parcelas tiveram como consequência uma relativa demora na emissão das licenças de plantio. Note-se que pelo menos 60 % dos pedidos indeferidos exigiram também a vistoria prévia dos terrenos. Por outro lado, houve casos de observações e interpretações diversas entre os candidatos e os técnicos relativamente a critérios como áreas, altitudes, localização e exposição de parcelas, as quais obrigaram a diligências acrescidas junto de dirigentes e instituições.

4. A EXECUÇÃO DOS PROJECTOS: OS OBSTÁCULOS E OS CUSTOS FORAM MAIORES QUE OS PREVISTOS

A plantação de vinhas em terrenos de encosta não é fácil e a experiência com investimentos da dimensão e com as características dos realizados era praticamente nula. Perante uma técnica de plantação inovadora imposta pelas entidades oficiais, a procura de apoio técnico para a execução dos projectos, por parte dos aderentes, foi elevada. Apesar do reconhecimento, por parte dos serviços estatais, da necessidade de acompanhamento dos projectos, a oferta oficial foi baixa. Na prática, o apoio reduziu-se à marcação no terreno dos dois primeiros patamares e dos caminhos no interior da parcela, sendo posteriormente realizadas algumas acções de divulgação relativas à nova forma de condução da vinha, o cordão bilateral. Alguns dos aderentes de maior dimensão económica, especialmente as sociedades ligadas à produção e comércio de vinho do Porto, face à escassa oferta de apoio técnico oficial, acabaram por resolver o problema com recurso a técnicos privados: uns contratados especialmente para a execução dos projectos, outros fazendo parte dos quadros técnicos das respectivas empresas.

Os obstáculos à execução dos projectos foram, assim, de vária ordem. Aos de natureza estritamente técnica associavam-se dificuldades com a contratação de serviços de máquinas e de mão-de-obra e problemas de ordem financeira. Recorde-se que a fase de execução das plantações coincidiu com uma época em que se assistia à retoma de investimentos na construção civil e obras públicas e em que se iniciavam as plantações florestais no âmbito do PEDAP/PAF.

A falta de treino específico e a inexperiência inicial dos operadores envolvidos, bem como alguma desadequação de certo tipo de máquinas utilizadas, fizeram crescer também as dificuldades de execução, principalmente na sistematização do terreno em patamares nas situações de declive acentuado. Erros e omissões de execução causaram situações de erosão e/ou restrições à motorização.

Já na fase da plantação do bacelo constatava-se, em vários casos, a impossibilidade de, respeitando os compassos indicados, plantar o número de pés constante no projecto. Esta impossibilidade derivava do facto de nos respectivos projectos não ter sido devidamente considerada a perda de área com taludes e caminhos no interior das parcelas, que era tanto maior quanto maior fosse o declive do terreno. Muitos investidores decidiram, então, diminuir o compasso na linha e/ou aumentar a área de plantação.

A diversidade de situações em que os investimentos se realizavam, essencialmente devido às diferentes características do terreno, implicou custos também diversos. A rigidez dos orçamentos, por se basearem em modelos, e a não consideração de algumas despesas imprescindíveis causaram desvios orçamentais. Entre as despesas não orçamentadas salientam-se, pelo significado do aumento de custos, as de abertura de acessos às parcelas, de uso de compressor e explosivos para a destruição de afloramentos de rocha dura e de obras de drenagem, sendo estas indispensáveis para a diminuição dos riscos de erosão.

Para além de não orçamentadas, as operações referidas, bem como a dificuldade em contratar uma máquina ou mão-de-obra, motivavam atrasos na execução dos projectos. Numa conjuntura inflacionista como a que se vivia na época a consequência foi o aumento dos custos do investimento. Acrescente-se que, em muitos casos, a plantação de bacelo ou a enxertia em época inoportuna, devido aos atrasos verificados, teve reflexos nas taxas de vingamento, que obrigavam, nos anos seguintes, a replantações superiores ao normal, com o consequente agravamento de custos. Finalmente, a necessidade sentida pelos aderentes de aumentar a área dos novos vinhedos, com vista à plantação do número total de pés projectado, contribuiu também para o acréscimo dos valores de investimento relativamente aos orçamentados.

Os projectos de investimento requeriam elevados financiamentos por unidade de superfície e por projecto. Segundo a CCRN e o IFADAP, os valores mínimo e máximo ascenderam, respectivamente, a cerca de 800 contos/ha e 1300 contos/ha e os investimentos por projecto variaram, em média, entre 6000 e 7600 contos, sendo o autofinanciamento da ordem dos 15%, conforme o previsto. A partir da inquirição a uma amostra de 26 aderentes ao crédito PDRITM para a plantação de vinhas novas, a ideia que prevalece, porém, é a de que o valor do autofinanciamento terá sido, na prática, bem maior. Foi estimado que a contribuição financeira efectiva do Projecto para o conjunto das 26 plantações foi apenas de cerca

de 60%. Tais aderentes viram-se na necessidade de utilizar verbas próprias e/ou de recorrer ao crédito bancário em condições mais desfavoráveis que as da linha de crédito do PDRITM: financiamento de curto prazo e taxas de juro de mercado. O valor médio dos acréscimos de custos relativamente ao que estava projectado ascendeu a 560 contos/ha. Nas suas novas plantações (área total de 180 ha) foram investidos 275200 contos (a preços correntes), isto é, o montante médio de investimento foi de 1400 contos/ha. Os valores mínimo e máximo declarados (a preços correntes) foram respectivamente de 740 contos/ha e 2180 contos/ha (Rebelo e Portela, 1990: 32-33). Mesmo em condições de grande controle de custos, em plantações realizadas por empresas ligadas ao comércio de vinho do Porto, com acompanhamento técnico e monitorização dos custos, o desvio médio (a preços de 1985) foi de 143 contos/ha (Cunha, 1991).

Uma ideia-força deve ser retida: houve grande urgência na execução do PDRITM/Douro, sobretudo até ao final de 1986. Isto, por razões que não tinham directamente a ver com a execução do Projecto na RDD, mas pelo facto de nas restantes áreas de intervenção do Projecto a taxa de execução ser muito baixa e haver a necessidade de apresentar uma taxa de execução global satisfatória à entidade financiadora, o Banco Mundial. A RDD era a única região que à data aparentava ter condições de satisfazer aquela necessidade. A pressa impôs-se e o tempo faltou a todos: responsáveis, técnicos de campo e produtores. Esta pressa teve consequências de vária ordem. Desde logo na selecção de candidatos e de terrenos a licenciar, que nem sempre terá sido feita segundo critérios de idoneidade relativamente aos primeiros e de exequibilidade e facilidade de execução das plantações no que se refere aos segundos. Assim, houve lugar a alguma especulação com os terrenos com licença de plantio ou com as plantações já executadas, e houve terrenos em que as condições eram de tal forma desfavoráveis que não chegaram a ser plantados, ou cujos custos de plantação ultrapassaram largamente o razoável. Também houve pressa na própria execução das plantações, cuja principal consequência foi uma má execução técnica em vários casos com efeitos muito negativos, principalmente ao nível da erosão e das possibilidades de motorização.

5. DOS RESULTADOS GLOBAIS DE EXECUÇÃO: NÚMERO E ÁREA DE PROJECTOS, LOCALIZAÇÃO DAS PLANTAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO DOS ADERENTES

Como já foi referido, o grosso dos investimentos realizados na RDD através do PDRITM, tanto em número como em área, foi canalizado para a plantação de vinhas novas (ver Quadro I), o que se compreende facilmente. Na verdade, esta acção era a mais atractiva, pois permitia, pela primeira vez desde há muito, o

impossível: a expansão da área de vinha com direito de benefício. A obtenção de uma licença de plantio que permitia tal desiderato era, portanto, e só por si, um forte incentivo. Pelo contrário, as acções de reestruturação permitiriam apenas uma renovação e uma possível reclassificação da área de vinha já existente. O caso particular da reconstituição era bastante desmotivador, pois seria necessário: arrancar a vinha antiga; submeter o terreno a três anos de pousio; replantar a vinha, o que exigia outros três anos. E somente quatro anos após a enxertia a vinha em causa voltaria a ter «benefício». Ou seja, o viticultor perderia o «benefício» da vinha reconstituída durante cerca de nove anos. Para o êxito da acção de plantação de vinhas novas, relativamente à reestruturação de vinhedos antigos, contribuiu também o facto de a linha de crédito para esta acção ser mais favorável relativamente aos prazos de carência de juros e de reembolso do empréstimo. Esses prazos eram um ano superiores aos das acções de reestruturação, sendo para estas de 14 anos o prazo geral da operação, e de 16 anos para a plantação de vinhas novas. Recorde-se ainda que o quantitativo de benefício a atribuir às vinhas novas, oito pipas/ha, que acabou por não se verificar, constituiu um forte atractivo adicional.

QUADRO 1 – Número e área de projectos executados no âmbito do PDRITM

Tipo de acção	Número de projectos	Área intervencionada (ha) total	Média/ /Projecto
Vinhas novas	401	2472	6,1
Transferências	49	218	4,4
Reconstituições	16	59	3,7
Total	466	2749	5,9

Fonte: J. Portela e V. Rebelo (1991)

O PDRITM materializou-se sobretudo no Cima-Corgo, tanto relativamente à plantação de vinhas novas como à reestruturação, sub-região considerada pelos planeadores como sendo a que maiores aptidões tem para a produção de mostos de elevada qualidade. Ali se acha mais de 70% da superfície com vinhas novas, mais de 50% da área reconstituída, e quase metade da área de transferências. Ao nível concelhio destaca-se S. João da Pesqueira, na margem esquerda do Douro, que só por si acolheu 137 projectos de vinha nova com um total de cerca de 850 ha, isto é, 34 % da área total de plantação de vinhas novas e ainda 8 projectos de reestruturação numa área de cerca de 50 ha. Depois, ainda no Cima-Corgo, mas na margem direita do Douro, surgem os concelhos de Alijó e Sabrosa, que em conjunto acolheram 101 projectos de vinha nova num total de 614 ha, e 11 projectos de reestruturação num total de cerca de 43 ha.

Relativamente à caracterização dos aderentes, a primeira ideia geral a sublinhar é que há uma marcada heterogeneidade, quer quanto ao seu «perfil» socio-profissional e situação jurídica, quer quanto às suas explorações. Para a sua caracterização dividimo-los segundo uma tipologia que considerava em primeiro lugar a situação jurídica da exploração, e para os aderentes individuais a área de vinha antes do investimento realizado no âmbito do PDRITM. Assim, temos quatro tipos de aderentes: Individuais, Indivisos, Sociedades e Associações. Entre os Individuais consideramos ainda quatro sub-tipos: Novos Viticultores (NVI) sem área de vinha pré-PDRITM; Pequenos Viticultores (PVI), com uma área de vinha pré-PDRITM de 0,1 ha a 2,9 ha; Médios Viticultores (MVI), com uma área de vinha pré-PDRITM de 3 ha a 10 ha; Grandes Viticultores (GVI), com uma área de vinha pré-PDRITM superior a 10 ha.

A caracterização dos aderentes, que se segue, aplica-se aos «aderentes de primeira hora» e não contempla as alterações entretanto havidas, que podem ser numerosas. Na verdade, para além de no Douro existir uma acentuada dinâmica no mercado da propriedade fundiária, sendo numerosas as transacções, houve casos em que os aderentes do PDRITM, por variadas razões, acabaram por desistir do investimento a que se tinham candidatado. Por exemplo, num prazo de cerca de dois anos, ocorreram alterações em cerca de 10 dos 40 casos escolhidos para um estudo de avaliação da execução das plantações de vinha nova (Rebelo e Portela, 1990).

A maioria dos projectos, independentemente da acção em causa, foi executada por agricultores individuais, que optaram sobretudo pela plantação de vinhas novas (Quadro 2). A área média por projecto varia conforme o tipo de intervenção e o tipo de aderente, e foi também variando ao longo do tempo. Os projectos para a instalação de vinha nova tinham a maior área média, cerca de 6 ha, começando por ser de 7,6 ha no período inicial até finais de Dezembro de 1984. As Sociedades, para qualquer dos tipos de acção, concorreram sempre para as maiores áreas por projecto.

QUADRO 2 – Número de projectos, área total de projectos e área média por projecto de vinhas novas, transferências e reconstituições, segundo o tipo de aderentes

Tipo de Aderentes	Vinhas Novas			Transferências			Reconstituições		
	N.º	Área (ha)	Área/proj. (ha)	N.º	Área (ha)	Área/proj. (ha)	N.º	Área (ha)	Área/proj. (ha)
Individual	307	1836,1	6,0	33	146,0	4,4	8	30,7	3,8
Indiviso	52	318,4	6,1	7	21,0	3,0	8	4,3	2,2
Sociedade	28	256,5	9,2	9	51,0	5,7	4	17,2	4,3
Associação	14	61,0	4,4	0	0,0	–	2	7,0	3,5

Vejamos, mais em pormenor, algumas das características dos promotores de projectos PDRITM na RDD, começando por atentar nos aderentes não-individuais. Os Indivisos estão mais representados ao nível da plantação de vinhas novas. São cerca de 50 e possuem cerca de 13% da área total relativa àquela acção. Entre estes aderentes, à semelhança do que se observa noutros tipos, contam-se alguns casos (8) de «novas» explorações vitícolas. Entre as que possuíam vinhas pré-PDRITM (43) quase 30% eram explorações de grande dimensão. Entre estas, 3/4 solicitaram a plantação de vinhas novas em áreas entre mais de 6ha e 10ha. As transferências e reconstituições feitas no âmbito do PDRITM pelos Indivisos foram quantitativamente pouco relevantes: cerca de 25 ha.

As Sociedades são responsáveis por cerca de 4 dezenas de projectos de todos os tipos, totalizando perto de 260 ha de vinhas novas, isto é, cerca de 10% da área total relativa a essa acção. Com o Projecto surgem no sector produtivo 6 «novas» sociedades, muitas delas constituídas especificamente para o efeito, de forma a contornar o limite de 10 ha de área máxima por titular. A quase totalidade das restantes (18 em 22) possuía uma área de vinha pré-PDRITM superior a 10 ha e plantou novas áreas, que variaram entre 6 ha e o limite máximo admitido, 10 ha. O peso relativo das Sociedades nas outras acções-tipo é maior: são responsáveis por cerca de 25% da área de transferências e 29% de reconstituições.

Ao contrário do que era sugerido pela retórica da Portaria 685/82³, as Associações têm uma fraca representatividade no contexto global do Projecto (Ribeiro, 1987: 10-20). São 14 casos de plantação de vinhas novas (28 viticultores) e 2 de reconstituições e representam 3,4% do total de projectos aprovados. A área respectiva equivale a 2,5% da área total intervencionada. Trata-se de projectos pequenos: entre os que procederam à plantação de vinhas novas a área média do projecto é de 4,36 ha, enquanto o valor equivalente para os restantes tipos é de 6,23 ha; entre os que realizaram reconstituições a área média é de 3,50 ha e o valor equivalente para os restantes é de 3,73 ha. Entre os associados para a plantação de vinhas novas encontravam-se 9 que não tinham produção de vinho, pelo menos 8 que só produziam vinho de «pasto», e achavam-se 1 Médio Viticultor e 4 Grandes Viticultores, que produziam respectivamente 14, 16, 21, 22, e 57 pipas

³ Note-se que no Artº 8º desta Portaria se afirmava que «Na concessão de autorização ao abrigo do Projecto será dada prioridade aos pequenos viticultores que queiram associar-se para a exploração em comum das novas vinhas ou que por qualquer outra forma contribuam para a melhoria da estrutura fundiária da Zona». Porém, nesse mesmo documento normativo não eram indicados quais os meios para se alcançar tal desiderato, meios esses que também no plano prático nunca foram disponibilizados. Isto, apesar de serem bem conhecidas as dificuldades de se promover o associativismo entre produtores, quer devido a factores inerentes a estes últimos, quer pelas «ideologias deformantes» enraizadas nos corpos técnicos relativamente ao associativismo e às atitudes e comportamentos dos agricultores. A este propósito consulte-se M. Ribeiro (1987) e, particularmente, M. Ribeiro (1988).

de mosto de benefício. Na maioria dos casos trata-se de homens, com idade entre os 30 e os 50 anos, em que os laços de parentesco próximo predominam. O nível de instrução é heterogéneo (desde analfabetos a licenciados), mas 17 (em 28) possuíam mais do que a 4ª classe. Embora as associações tendam a fazer-se entre «iguais» ou «semelhantes», realizam-se ainda entre parceiros com formação escolar distinta. Para a maioria dos associados (15) a ocupação principal é não-agrícola e 9 são Novos Viticultores. As 14 associações podem decompor-se nos tipos seguintes: viticultor/viticultor – 5; viticultor/não-viticultor – 4; não-viticultor/não-viticultor – 5. Grande parte dos associados (12) comprou as parcelas com que aderiram à associação e 11 deles residem em locais diversos daqueles em que se situam as novas plantações.

Atentemos agora nos aderentes individuais. Relativamente a estes sobressaem diferenças assinaláveis, para além das estritamente relacionadas com a área de vinha das respectivas explorações. Entre os Pequenos Viticultores, por exemplo, existe uma percentagem nitidamente mais baixa de aderentes com níveis de instrução elevados, sendo essa diferença particularmente significativa relativamente aos Grandes Viticultores. É também naquele sub-tipo que se encontra a mais baixa percentagem dos residentes fora da RDD. Muito diferentes são também as características dos Novos Viticultores. Relativamente à compra de terra, observa-se uma percentagem significativamente mais elevada de aderentes deste sub-tipo que necessitou de assim proceder para se candidatar ao PDRITM. Entre os Novos Viticultores é também muito mais elevada a percentagem de indivíduos com idade inferior a 45 anos no momento da adesão ao Projecto (Quadro 3).

QUADRO 3 – Alguns indicadores de caracterização de subtipos de aderentes individuais à plantaçõ de vinhas novas

Sub-tipos de aderentes individuais	Nº de aderentes no sub-tipo	Área média vinha pré-PDRITM (ha)	Área média de vinha nova (ha)	Área média de vinha pós-PDRITM (ha)	Idade < 45 anos (%)	Instrução de nível médio ou superior (%)	Reside fora da RDD (%)	Compra de terra (%)
NVI	59	0,0	6,2	6,2	64	37	20	64
PVI	82	1,4	5,9	7,3	35	15	7	34
MVI	99	5,5	5,9	11,4	20	30	18	23
GVI	58	16,0	6,8	22,8	16	52	26	17

Fonte: V. Rebelo e J. Portela (1989)

Os Novos Viticultores, ou seja, os aderentes individuais que declararam não possuir qualquer área de vinha na altura da adesão ao PDRITM, são, no geral, jovens e parte deles reside fora da RDD. No conjunto representam cerca de 20%

dos aderentes individuais à plantação de vinhas novas, controlando cerca de 15% da sua área total. Cerca de 2/3 (64%) desses novos produtores tiveram necessidade de adquirir propriedades para se candidatarem ao Projecto e quase metade deles investiu na plantação de vinhas com uma área entre 6 e 10 ha. A exploração dos Novos Viticultores tem, em média, 6,2 ha de vinha.

O conjunto de dados acabado de apresentar alimenta algumas reservas quanto aos contornos precisos e ao peso relativo deste sub-tipo, que, aparentemente, estará sobrestimado. Com efeito, os Novos Viticultores representam um grupo de aderentes relativamente numeroso, que controla parte considerável da área total de vinhas novas, grande parte da qual foi adquirida para a plantação. Sem minimizar o poder de atracção da viticultura com direito de benefício, note-se que parte considerável dos NVI são jovens a residir fora da região e que, aparentemente, apostaram fortemente numa nova actividade que, apesar de tudo, comporta riscos elevados. Atentemos em vários factos importantes que favorecem a hipótese admitida: quanto menor fosse a área de vinha pré-PDRITM maior seria o montante de crédito de curto prazo concedido para fazer face a problemas de tesouraria durante a fase de execução das plantações, sendo o valor máximo atribuído exactamente a quem tivesse declarado não possuir qualquer área de vinha pré-PDRITM; o CEVD, por não estar em posse do cadastro vitícola, não poderia verificar facilmente a veracidade daquela declaração; por fim, quem quizesse plantar áreas superiores a 10 ha, o limite máximo por titular, poderia apresentar candidaturas em nome de familiares ou qualquer outro titular, incluindo sociedades criadas para o efeito. Casos houve, assim, em que um viticultor apresentou um projecto em seu nome e vários outros em nome dos respectivos filhos, aparecendo estes como «Novos Viticultores».

Os Pequenos Viticultores, no geral, menos instruídos e residindo na RDD, representam um pouco mais de 1/4 dos aderentes individuais à acção de plantação de vinhas novas. Possuíam, em média, cerca de 1,4 ha de vinha pré-Projecto. É ainda um traço característico o facto de o peso dos que compraram terra ser relativamente elevado: cerca de 1/3 deles fizeram aquisições de terra para instalação de novas vinhas. Os Pequenos Viticultores fizeram investimentos sobretudo em vinhas novas, candidatando-se a cerca de 20% da respectiva área total. Às transferências apenas se candidataram 3 proponentes deste sub-tipo, tendo transferido um total de 5,9 ha de vinha. Nenhum necessitou de comprar terra e todos possuíam um elevado grau de instrução, característica esta aliás extensível à generalidade dos aderentes individuais que apresentaram projectos de transferência. Dois dos Pequenos Viticultores que transferiram vinhas apresentaram projectos PDRITM para outras acções (vinhas novas ou reconstituições).

Os Médios Viticultores, relativamente mais idosos que os Novos e os Pequenos Viticultores, representam 1/3 dos aderentes Individuais à plantação de vinhas

novas e o total dos seus projectos representa cerca de 1/4 da área total de vinhas novas, valor este que é o mais elevado entre a totalidade dos aderentes das várias situações jurídicas. Cada um possuía, em média, 5,5 ha e viu a sua exploração acrescida, em média, em cerca de 6 ha. No geral, os Médios Viticultores disputam de terra para se candidatarem ao Projecto: menos de 1/4 deles adquiriram terrenos. Relativamente às transferências incluem-se neste sub-tipo um conjunto de 19 aderentes que transferiram um total de 77,7 ha de vinha, três dos quais apresentaram outros projectos PDRITM.

Os Grandes Viticultores, relativamente idosos, representam cerca de 20% do total de aderentes Individuais à plantação de vinhas novas e o seu peso na área total dessas vinhas ascende a cerca de 16%. Residem, no geral, fora da RDD e têm um grau de instrução muito elevado. Entre eles a necessidade de aquisição de terra foi diminuta: só 17% recorreu ao mercado fundiário. No que se refere a transferências, 11 aderentes incluem-se neste sub-tipo, tendo transferido um total de 62 ha. Também estes são, no geral, idosos, com elevado grau de instrução, tendo quatro deles comprado terra para a transferência. A maioria destes aderentes (8) apresentaram também projectos para outras acções do PDRITM na RDD.

6. EFEITOS IMEDIATOS DO PDRITM NA RDD

Um dos efeitos mais imediatos do Projecto foi a «injecção», a nível regional, de um fluxo importante de capitais. Segundo o 11º Relatório de Situação (CCRN, Janeiro de 1990) o montante de investimento relativo aos 485 projectos entrados no IFADAP para aprovação (incluídos projectos para a aquisição de tractores) foi de 3 167 799 contos e o crédito de longo prazo de 2 687 582 contos. Estes montantes correspondem a 80,2 % e 81,6 % do total investido e do crédito concedido no âmbito do PDRITM, respectivamente, e são elucidativos, por si só, da importância das acções na RDD no contexto geral daquele Projecto. Ou seja, no que se refere ao investimento em explorações agrícolas, o Projecto foi mais um PDRI-DOURO que um PDRITM. A importância do investimento realizado na viticultura duriense emerge igualmente quando o confrontamos com o realizado na mesma região durante o período imediatamente anterior ao PDRITM (Alegria e Rebelo, 1985, 1986). Para o quinquénio 1980-84 e para o conjunto dos concelhos da RDD, o IFADAP concedeu crédito no âmbito do SIFAP a 1105 projectos relativos a um investimento global de 1,46 milhões de contos (preços correntes). Note-se, porém, que deste investimento, que incluía construções, melhoramentos fundiários e aquisição de equipamento para todas as actividades elegíveis, só cerca de 350000 contos se destinaram a investimentos em vinha e pomares, com um peso muito significativo nos pomares.

O impacto do PDRITM na área vitícola regional foi também considerável. Os 2472 ha de vinhas novas representam um acréscimo de cerca de 8,4% na área total de vinha da RDD. Se considerarmos só a área de vinha que possuía anualmente direito a benefício, isto é, as vinhas classificadas nas letras A, B, C, D e E, então o acréscimo será de cerca de 18%. O impacto será ainda mais significativo relativamente às vinhas classificadas nas letras A e B: o acréscimo de área será então de 80%. Importa frisar, no entanto, que este impacto acabou por ser atenuado por duas razões principais: por um lado, porque para efeitos de benefício das vinhas do PDRITM a área cadastrada pela Casa do Douro é inferior à área dos projectos e, por outro lado, pelo reconhecimento formal conferido pelo Decreto-Lei 91/93, de 21 de Março, às vinhas ilegalmente plantadas até 1979 (conhecidas como «vinhas da Lei 43/80»). Tomando os vinhedos legalizados por aquele Decreto-Lei e uma redução de cerca de 15% da área cadastrada das vinhas do PDRITM relativamente à projectada, o impacto destas na área vitícola, ainda assim muito significativo, corresponderá a um acréscimo de cerca de 52% para as vinhas de letra A e B e de 12% para as vinhas com benefício.

O PDRITM teve efeitos ambientais inegáveis, principalmente nas zonas onde se concentraram os investimentos. Aqueles efeitos resultam da modificação do perfil das encostas, da alteração da sua cobertura vegetal, e do próprio sistema de patamares de dois bardos com taludes em terra, utilizado na generalidade das vinhas novas e reestruturações realizadas no âmbito do Projecto.

A erosão hídrica (de tipo laminar, por ravinamento ou por movimentos de massa) constitui um dos principais problemas e um dos efeitos ambientais mais graves das plantações do PDRITM. Precipitações diárias elevadas durante o período outono-invernal e chuvas de carácter torrencial provocadas por depressões de origem térmica no Verão, aliadas ao grande declive das encostas e à natureza dos solos, concorrem para a ocorrência de elevados riscos de erosão hídrica na região duriense. Para além destes factores de ordem natural, os problemas de erosão relacionam-se também com a forma como foram executadas as plantações e com factores inerentes aos próprios sistemas de plantação. A destruição das linhas de água, aquando da sistematização do terreno, e a inexistência de redes de drenagem eficazes, são aspectos imputáveis à execução, cujos efeitos se podem manifestar também em vinhas situadas a jusante, eventualmente pertencentes a outros proprietários. O corte de patamares e estradas de acesso, devido a ravinamentos graves, dificultam ou impedem a motorização e obrigam a obras para reposição das linhas de água, reconstrução dos patamares e estradas, e para construção da rede de drenagem. Estas foram as principais consequências da desatenção e negligência das condições de escoamento das águas pluviais na fase de execução das plantações.

Como problemas inerentes ao sistema de patamares salientem-se: o elevado declive dos taludes, muito superior ao declive natural de um talude, que provoca

o seu desmoronamento e consequente aterro do patamar e pés de vinha situados imediatamente a jusante; a erosão laminar dos taludes dada a inexistência de qualquer cobertura vegetal; o deslizamento de patamares em situações de encharcamento, dada a formação de camadas de materiais de diferente granulometria durante o processo de sistematização do terreno. Nas vinhas ao alto, a erosão é essencialmente de tipo laminar, embora se possam observar também ravinaamentos no caso de não se construir uma rede de drenagem eficaz ou a plantação não ser feita observando a distância mínima entre estradas paralelas, as quais funcionam como dispersores da energia cinética das águas de escorrência.

As vinhas do PDRITM tiveram igualmente um certo impacto paisagístico. A apreciação da estética da paisagem comporta naturalmente alguma subjectividade e com relação ao sistema de plantação utilizado também as opiniões se dividem. Parece ser, contudo, consensual que a tipicidade da paisagem duriense, imprimida pelos sistemas tradicionais de terraços murados, foi de alguma forma desvirtuada com as plantações do PDRITM, principalmente as executadas no sistema de patamares. O efeito visual da sucessão de taludes desprovidos de vegetação, quando se observam as plantações a partir de um nível inferior, é sempre desagradável. Para uma região que se quer afirmar como forte destino de um turismo de qualidade, cuja base é exactamente a espectacularidade e tipicidade da sua paisagem vitícola, o impacto paisagístico das intervenções realizadas não é de somenos importância. Elas não foram alvo de cuidados especiais, de forma a minimizar os seus eventuais impactos negativos.

Os efeitos do Projecto nas explorações dos aderentes foram muito significativos. Observam-se tanto ao nível da estrutura das explorações, como do seu funcionamento, como mostrou um estudo realizado em 1989 junto de uma amostra de 32 aderentes ao PDRITM para a plantação de vinhas novas (Rebelo e Portela, 1990). Relativamente às mudanças estruturais salientam-se a diminuição das áreas de «monte» e o aumento muito significativo da área de vinha, que veio ocupar precisamente aqueles terrenos incultos. Este aumento foi particularmente importante nas explorações dos PVI da amostra referida, onde a área de vinha aumentou 610%, passando de uma média de 1 ha para 7,1 ha. Mas, mesmo nas Sociedades, onde este aumento foi percentualmente o menor dos observados entre todos os tipos, houve um acréscimo médio de 27%, passando a área média de vinha de 40 ha para 50,8 ha. De notar que o aumento da área se fez sempre relativamente a vinhas de letra A e B, as melhores classes de benefício. Simultaneamente, deu-se um importante rejuvenescimento relativo da área de vinha, consequência das novas plantações e das reestruturações de vinhas já existentes daqueles aderentes, realizadas no âmbito do Projecto, na sua sequência e ao abrigo dos fundos comunitários, ou simplesmente com recurso ao autofinanciamento. Ainda com base no estudo referido, salientem-se as reestruturações reali-

zadas pelas Sociedades, cujos investimentos foram em média mais significativos do que os efectuados em vinhas novas. Nesses casos, as reestruturações englobaram, em média, um número de cepas duplo das plantadas em vinhas novas: 199 e 101 milheiros, respectivamente. A relação entre cepas englobadas em reestruturações e cepas plantadas em vinhas novas foi muito semelhante nas explorações dos GVI. Pelo contrário, os PVI e, obviamente, os NVI não realizaram reestruturações. No cômputo geral dos aderentes estudados, após os investimentos vitícolas, 91% da área de vinha das explorações referia-se às classes A e B.

Ao rejuvenescimento vitícola e aumento da área relativa de vinha classificada nas classes de maior potencial qualitativo, acresce outro importantíssimo efeito nas vinhas novas e reestruturações efectuadas: a possibilidade de motorização. Na verdade, na situação pré-PDRITM, a percentagem de vinha motorizável variava entre uma média de 3% nas explorações dos Indivisos e de 25% nas dos GVI. À data do estudo (1989) aquela média percentual variava já entre os 25%, ainda no caso dos Indivisos, e os 74% e 100% para as explorações dos PVI e dos NVI, respectivamente. Obviamente que quanto menor era a área de vinha pré-PDRITM dos aderentes maior é actualmente a percentagem de área motorizável, devido ao enorme peso relativo que têm, nesses casos, as vinhas novas motorizáveis na área total das explorações.

Para além dos investimentos estritamente vitícolas, os 32 aderentes estudados tinham também realizado, até à data da inquirição, importantes investimentos em equipamento de tracção, adquirindo um total de 17 tractores, três dos quais destinados à substituição de outros tantos. Estes investimentos foram feitos principalmente nas explorações de maior dimensão: em três das quatro Sociedades e em quatro das cinco pertencentes a Indivisos, as quais adquiriram um total de dez tractores. Entre os 23 aderentes individuais as compras de tractores foram relativamente menos importantes, tendo sido realizadas apenas numa das quatro explorações de GVI e para substituição de um tractor pré-existente, em cinco das quatorze de MVI e por um dos dois NVI. Os aderentes com explorações de menor dimensão embora tivessem também a intenção de adquirir tractores, condicionavam-na à obtenção de financiamento ao abrigo do Reg. (CEE) nº 797/85. Note-se, porém, a probabilidade de tal não ter sucedido, pois os limiares de rendibilidade exigidos para um tractor de 35 cv eram de cerca de 200 horas/ha/ano, ou seja, seria necessária um área de vinha motorizável próxima dos 15 ha, muito superior à das explorações de menor dimensão.

Quanto ao rendimento dos produtores aderentes ao PDRITM têm-se colocado alguns problemas e por diversos motivos: custos de investimento superiores aos previstos; diferimento em um ano do início de beneficiação da produção; área cadastrada inferior à projectada; aumento dos custos de produção muito superiores ao dos preços de uvas e mosto pagos aos produtores; e, muito particular-

mente, o facto do benefício atribuído às vinhas do PDRITM ser bastante inferior às 8 pipas/ha, que constava dos estudos que sustentavam a realização dos investimentos e que fora assumido pelos investidores. Este acaba por ser o aspecto fulcral da questão, pois o rendimento dos viticultores é extraordinariamente sensível aos quantitativos de benefício atribuídos. Neste contexto, os rendimentos dos viticultores aderentes ao PDRITM têm sido bastante inferiores aos previstos. O diferencial de rendimento bruto entre o previsto e o efectivamente obtido em 1995 numa plantação de 10 ha, devido ao efeito conjugado de diminuição de área cadastrada e de quantitativo de benefício atribuído por ha, rondará os 4000 contos, se considerarmos um preço de 150 contos/pipa de mosto. Assim, numerosos aderentes ao crédito PDRITM têm-se deparado com dificuldades, não só para honrar os seus compromissos relacionados com a dívida contraída, mas também para cultivarem convenientemente a sua área de vinha. Daí, ter sido concedida em 1995 uma moratória de três anos ao pagamento dos juros da dívida.

Inequívocos foram os efeitos do Projecto sobre o emprego agrícola. O investimento em cerca de 2.800 ha de vinhas novas e de reestruturações mobilizou um assinalável número de trabalhadores de ambos os sexos, para a realização das diversas tarefas, desde a despedrega à colocação de esteios e arames, da plantação de bachelos à enxertia. Refira-se ainda que estes efeitos não se limitaram à área geográfica dos concelhos onde se concentraram os investimentos, ou à própria RDD, extendendo-se muito para além das fronteiras da região. Uma das particularidades da fase de execução dos projectos foi exactamente a dificuldade sentida pelos investidores em dispor da mão-de-obra de que necessitavam. Foi, assim, necessário procurar trabalhadores em zonas relativamente afastadas como, por exemplo, Castro Daire ou Mondim de Basto. Para além dos efeitos sobre o emprego dos assalariados rurais, principalmente indiferenciados, deve ainda acrescentar-se os não menos importantes efeitos sobre o emprego de operadores de máquinas pesadas. O tempo total de trabalho daquelas máquinas não deverá ter sido inferior às 420.000 horas.

Os efeitos sobre o emprego continuaram a fazer-se sentir após a fase de investimento, pois os 2.500 ha de vinhas novas exigem, para as operações correntes de produção, um grande adicional de mão-de-obra. As necessidades anuais de trabalho da área de vinhas novas deverão andar próximas das 1.000 UHT, ou seja, o acréscimo de mão-de-obra não deverá ser inferior ao correspondente a 1.000 trabalhadores permanentes. A pressão daqui resultante sobre a procura de trabalhadores fez também aumentar os salários e tal aumento afecta também os viticultores não-aderentes.

O PDRITM na RDD teve, portanto, também efeitos sobre os não beneficiários, ou seja, sobre os viticultores da região não-aderentes ao Projecto. Aos já referidos efeitos negativos sobre a oferta de mão-de-obra e respectivos custos salariais, há

que acrescentar os derivados do aumento da área de vinha com direito de «benefício». Na verdade, o volume total anual de mosto beneficiado terá de ser distribuído por um maior número de viticultores e por uma maior área de vinha, cabendo obviamente a cada um dos não-aderentes uma porção menor desse total. Este problema acabou por ser agravado em 1986 com a legalização das vinhas «da Lei 43/80», que veio aumentar ainda mais a área de vinha com direitos de «benefício», apesar dos quantitativos serem, para estas vinhas legalizadas e para a mesma classe, inferiores às restantes.

Igualmente importantes foram os efeitos do Projecto sobre numerosas actividades situadas a montante da produção vitícola. Durante a fase de investimento os efeitos positivos foram mais sensíveis ao nível das empresas de prestação de serviços de máquinas pesadas, de fabrico e venda de esteios, dos viveiros de produção e fornecimento de porta-enxertos, etc. Na fase de produção das novas vinhas os efeitos foram transferidos para as empresas de comercialização de tractores e alfaias, de material de transporte e de agro-químicos, isto é, de factores de produção vitícola.

O impacto sobre a produção de Vinho do Porto deverá ser bastante significativo, particularmente no que respeita aos mostos produzidos em vinhas de letra A e B. Na vindima de 1995 foi autorizada a beneficiação de 127.500 pipas de mosto e atribuído um coeficiente de vindima próximo das 5.6 pipas/ha às vinhas de letra A e B. Caso estivessem em plena produção e possuíssem todos os direitos de benefício, as vinhas PDRITM teriam contribuído, já nessa vindima, com cerca de 12,3 % do mosto total beneficiado. No entanto, por variadas razões e como já foi referido, as vinhas do PDRITM têm áreas cadastradas inferiores às projectadas, pelo que o benefício efectivo que lhes é atribuído acaba por ser menor, sendo também menor o seu impacto na produção total de vinho generoso.

Relativamente ao efeito do Projecto sobre a qualidade do Vinho do Porto, ponto de partida dos planeadores, há a expectativa de que a qualidade geral do Vinho do Porto melhore. Não há dúvida que as cinco castas que constituem os encepamentos das vinhas do PDRITM são de elevada qualidade, sendo porém discutível se aquele conjunto não poderia ter sido alargado a outras. A posição dos informantes-chave é relativamente consensual e positiva (Portela e Rebelo, 1991: 63) e J. Nicolau de Almeida, enólogo, sintetizava assim a sua perspectiva sobre o assunto: «*O grande impacto do PDRITM/Douro foi juntar a vinha e o vinho. Na RDD tomou-se consciência da importância das castas no produto final*».

As previsões dos especialistas acabaram por ser corroboradas por estudos enológicos entretanto realizados, apesar do potencial qualitativo das vinhas do PDRITM não ter sido ainda plenamente atingido, dada a juventude das plantações. O próprio mercado tem mostrado apetência pela produção das vinhas plan-

tadas no âmbito do PDRITM, reconhecendo, assim, a qualidade das castas utilizadas. O facto destas se encontrarem instaladas em talhões dentro duma mesma plantação constitui uma vantagem muito importante para o vinificador, permitindo-lhe saber com exactidão a matéria-prima com que trabalha e constituir os lotes de vinho que mais lhe interessam. A diferenciação de preços continua, contudo, a fazer-se tendo em conta outro tipo de factores, tais como a letra classificativa da vinha, a sua localização e as tradicionais relações contratuais estabelecidas entre compradores e vendedores de uvas e mostos.

Vejamos, por fim, outros efeitos, de cariz distinto. Para além de ter contribuído para a discussão sobre as virtudes e defeitos dos diversos sistemas de plantação, o Projecto avivou a consciência do que não se sabe e urge investigar e conduziu ao aprofundamento do pensamento e das perspectivas sobre questões importantes na RDD, como, por exemplo, as infraestruturas, a mecanização e o peso das castas na qualidade do produto final. Importante foi também a ampliação do saber e da experiência dos técnicos envolvidos no terreno, não só relativamente aos aspectos estritamente técnicos, mas também às relações com os viticultores. Segundo alguns informantes, o Projecto fez também evoluir os viticultores e despertou-os para a necessidade de aumentarem os níveis de mecanização e a qualidade dos mostos e, conseqüentemente, para a reestruturação das suas vinhas mais antigas. Nesta perspectiva pode dizer-se que o Projecto teve um efeito pedagógico e demonstrativo importante, e foi um referencial para a posterior vaga de reestruturações de vinhas que se observou na RDD.

NOTAS CONCLUSIVAS

Como dissemos, as acções do PDRITM na RDD foram delineadas para responder a uma questão de partida concreta e pertinente – a necessidade urgente de aumentar a qualidade dos mostos destinados à produção de Vinho do Porto – mas, ao concluirmos este contributo, é imperioso que sublinhemos que, para responder àquela mesma questão, outras acções e condições de execução poderiam ter sido concebidas e preparadas. Por outras palavras, a mesma meta final poderia ter sido alcançada por meios distintos. Assim, no contexto duma *avaliação da concepção* do PDRITM na RDD, que aqui obviamente não se fez, haveria lugar a questionar, por exemplo, aspectos como os seguintes: o tipo de viticultores a servir (sobretudo os pequenos, ou preferencialmente os grandes?); os modos de selecção dos beneficiários potenciais; a despreocupação do PDRITM com os vinhos não beneficiados (num projecto dito integrado seria curial desligar o Vinho do Porto dos vinhos do Douro?); a opção preferencial pela expansão da área vitícola em vez da aposta no rejuvenescimento dos vinhedos existentes; e o grau de

integração do projecto em diversos planos, por exemplo, geográfico, agronómico, socio-económico, institucional.

Neste contributo situámo-nos em planos distintos, mais especificamente no plano da *avaliação da execução* do Projecto e no plano da *avaliação dos efeitos* imediatos, e é chegado agora o tempo de extrair as ideias-síntese de tais exercícios.

Poderemos, então, dizer que a partir de meados da década de oitenta se observam transformações socio-económicas relevantes na RDD. Entre as muitas «causas» dessas mudanças surge seguramente o PDRITM, que, afinal, bem poderia ser designado PDRIDOURO, tal foi o peso dos investimentos feitos em torno do Vinho do Porto. Isto assim é, quer se tome como referente o quadro financeiro global daquele Projecto, quer o total de investimentos realizados na RDD no período imediatamente anterior ao PDRITM. Além da forte injeção de capital a nível local, importa reter as seguintes observações: um acréscimo da procura de mão-de-obra agrícola e o conseqüente efeito da subida de salários; a redução da área de «monte» e as alterações muito significativas das encostas, que contribuíram, por um lado, para o acréscimo notório de área motorizável e equipamento de tracção, mas, por outro, para impactos ambientais negativos; um certo rejuvenescimento dos vinhedos e a expansão muito considerável da área vitícola com direito a benefício e melhor classificação, o que se repercute naturalmente no aumento da produção e na qualidade do vinho. As mudanças assinaladas têm individual e conjuntamente forte expressão regional, mas não menos relevantes terão sido os efeitos «imateriais» ocorridos. Com efeito, viticultores, técnicos e investigadores da RDD foram sujeitos a «safanões» nos planos da reflexão intelectual, da prática de demonstração e da aprendizagem do saber e do saber-fazer. Por todo o conjunto de efeitos assinalados, e particularmente pelos de cariz imaterial, com J. Nicolau de Almeida julgamos poder concluir que «o grande impacto do PDRITM foi juntar a vinha e o vinho».

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, E.; REBELO, V. – *Elementos sobre o SIFAP em Trás-os-Montes (1980-1984)*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1985.
- ALEGRIA, E.; REBELO, V. – *O SIFAP de investimento em Trás-os-Montes no ano anterior ao estabelecimento do crédito PDRITM (1983)*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1986.
- COMISSÃO de Coordenação da Região do Norte; PROJECTO de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes – *11º Relatório de Situação*. Porto: MAI, 1990.
- CUNHA, M. – *Contribuição para a determinação dos custos de implantação de vinhas na RDD*. Vila Real: DES/UTAD, 1991.

- DIRECÇÃO Regional de Agricultura de Trás-os-Montes – *Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. Zona de Tratamento Homogéneo do Douro*. Mirandela, 1983.
- MARTINS, I. – *PDRITM/Douro. Transferências e reconstituições de vinha*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1990.
- PORTELA, J.; REBELO, V. – *PDRITM/Douro. Contribuição para uma avaliação*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1991.
- REBELO, V.; PORTELA J. – *PDRITM/Douro/Plantação de vinhas novas? Avaliação da execução*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1990.
- REBELO, V.; PORTELA J. – *Quem são os aderentes ao PDRITM/Douro/Plantação de vinhas novas? Caracterização preliminar*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1989.
- RIBEIRO, M. – *PDRITM/Douro. As associações para a plantação de vinhas novas*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1988.
- RIBEIRO, M. – *PDRITM/Douro. Introdução ao estudo do associativismo*. Vila Real: UA/DES/UTAD, 1987.

ABREVIATURAS

BFN	Banco de Fomento Nacional
BM	Banco Mundial
CCAM	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
CCRN	Comissão de Coordenação da Região Norte
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEVD	Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CPP	Crédito Predial Português
DRATM	Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
FAO	Food and Agriculture Organisation
GVI	Grandes Viticultores Individuais
ICP	Instituição de Crédito Participante
IFADAP	Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas
GEF	Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária
MAFA	Ministério da Agricultura, Floresta e Alimentação
MVI	Médios Viticultores Individuais
NSP	Núcleo de Supervisão de Projectos
NVI	Novos Viticultores Individuais
PAF	Programa de Acção Florestal
PEDAP	Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
PDRITM	Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes
PVI	Pequenos Viticultores Individuais
RDD	Região Demarcada do Douro
SIFAP	Sistema de Financiamento à Agricultura e Pescas
UA	Unidade de Avaliação